

ESTADO, IDEOLOGIA E HISTÓRIA EM PORTUGAL (Séculos XIX-XX)

Por Luís Reis Torgal *

1 — Referindo-se ao colóquio internacional «A Revolução Francesa e a Península Ibérica», integrado no bicentenário da Revolução e ocorrido em Coimbra em Março de 1987, um jornal de Lisboa comentava: «Mas, no fundo, talvez não seja tanto a investigação histórica o que faz mover esta plêiade de especialistas. Tal como no debate sobre o Estado Novo e o recentemente terminado sobre a Inquisição, parece pretender-se uma visão unilateral dos acontecimentos, denegrindo os valores em que assenta a nossa história. O salazarismo e a Igreja estarão em julgamento neste colóquio que diz 'aprofundar cientificamente a revolução de 1789'»¹.

O testemunho deste periódico conservador — que, estranhamente, mas de forma significativa, ligava a intenção manifestada pelos organizadores do colóquio de contribuir para o estudo da Revolução Francesa a uma suposta intenção de atacar os valores tradicionais, a Igreja e o Salazarismo — é revelador das relações existentes entre História e Ideologia, assim como o é, a outro nível, por exemplo, o longo silêncio que caiu sobre a Revolução Francesa no ensino universitário: em Coimbra (e nas outras universidades a situação era idêntica), desde 1927, um ano depois da «Revolução Nacional» que acabaria por dar origem ao Salazarismo, até aos inícios dos anos 70, quando se verificou a crise do «Estado Novo» e ocorreu a falhada «Primavera Marcelista», nenhum programa de História Moderna e Contemporânea se lhe refere². E sê-lo-ão, ainda mais porventura, as directrizes oficiais do

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹ O *Dia*, 5 de Março de 1987.

² Vide Luís Reis Torgal, «A Revolução Francesa no ensino da História em Portugal», in *Revista de História das Ideias*, n.º 10, Coimbra, 1988.

governo de Salazar no sentido de que no ensino primário os professores deveriam revelar os males do liberalismo, exibindo inclusivamente gravuras com cenas sangrentas da Revolução Francesa³. Essa imagem da luta fratricida, imposta pela «ideologia do regime», povoou, de resto, a imagem dos jovens portugueses, sobretudo dos anos 30 a 50, pois ela era evidente ou subentendida nos livros escolares do ensino primário e do ensino secundário, embora se fosse diluindo à medida que se reduzia a força da dogmática ideológica do «Estado Novo», que cresciam outras ideologias políticas e que se impunham concepções de história científica que procuravam um espaço afastado das ideologias, e até que apareciam entre nós concepções de história de tipo marxista. Mas, mesmo assim, ainda hoje, quando assomam discursos de história de cunho neotradicionalista, é essa imagem negativa sobre a Revolução e o liberalismo que reaparece. Verifica-se isso, sintomaticamente, numa história para crianças de grande divulgação publicada recentemente em Portugal: *A minha primeira história de Portugal*, de António Manuel Couto Viana⁴.

E estes exemplos poderiam ser completados com outros extraídos de realidades diferentes. Os colóquios sobre a Inquisição, efectuados em Portugal e no Brasil em 1987, suscitaram também o reaparecimento de debates à volta do sentido do «tribunal da fé», que mostraram, por um lado, a sobrevivência (embora pouco significativa) das «ideologias católicas» e das «ideologias tradicionalistas» na sua defesa ou justificação, bem como denunciaram, por outro, o extravasar da «ideologia liberal-republicana-democrática» para a análise crítica do significado da Inquisição, assim como a força da «ideologia judaica» no ataque ao Santo Ofício — entendido como instituição que antecede os aparelhos de perseguição do Nazismo — e na defesa das vítimas da sua repressão⁵. Por sua vez, as comemorações dos Descobrimentos, que estão a ocorrer em Portugal e que se prolongarão até ao ano 2000, estão já a suscitar aproveitamentos ideológicos — sobretudo em termos de «ideologia da

³ Cfr. *Escola Portuguesa*, n.º 225, 16 de Fevereiro de 1939. Vide sobre este assunto Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença-G.I.S., 1978, pp. 299-305.

⁴ *A minha primeira História de Portugal*. Texto de António Manuel Couto Viana e ilustrações de Fernando Bento, Lisboa, Verbo, 1984, pp. 30-33.

⁵ Vide Luís Reis Torgal, «Inquisição, Ideologia e História», a publicar nas actas do colóquio sobre a Inquisição, realizado em São Paulo (Brasil), em Maio de 1987. Entretanto cfr. «Os Congressos sobre a Inquisição em Portugal e no Brasil», in *Revista de História das Ideias*, n.º 9, pp. 1059-1061.

nação» — que têm sido denunciados por historiadores da especialidade, nomeadamente Vitorino Magalhães Godinho⁶.

2 — Através destas observações experienciais, constatámos a ligação profunda da História e da Ideologia ou das Ideologias. Mas não desejámos, evidentemente, restringir a História a um espaço *necessariamente ideológico*. Mesmo que se diga que a proclamada «imparcialidade» da «história metódica» (dita depois, pejorativamente, «positivista»), nascida como «sistema» nos finais do século XIX e que ainda hoje sobrevive, não o consegue ser na sua totalidade, ou que a «história nova», que procurou exactamente criar um «método novo», com finalidades de «história globalizante», tanto para ultrapassar o «positivismo historiográfico» como para exorcizar as filosofias da história e fugir das influências das ideologias, não pôde, antes pelo contrário, afastar-se delas, não entendemos a história como um domínio essencialmente ideológico. O que efectivamente distingue a ciência da ideologia é que — para empregar uma comparação de Althusser — esta tem uma «função práctico-social» enquanto aquela tem uma «função de conhecimento»⁷. Portanto, existem relações entre a História e Ideologia, mais ou menos profundas, mais ou menos evidentes, se bem que constituam espaços autónomos e que — a nosso ver — se desejam o mais possível afastados, embora saibamos que um apartamento total é uma utopia.

Essa relação torna-se, aliás, hoje cada vez mais diferida à medida que se verifica uma crise das ideologias-sistema, se vai diluindo o que poderemos chamar (à maneira de Marc Ferro) a «história institucional»⁸ (ou «institucionalizada»), que assenta nas «instituições» e é «vigiada» pelas «instituições», de que o Estado é uma delas, e à medida que os *mass media* vão difundindo a «História» (ou as «histórias»), levando à situação de que ela deixa agora de ser menos «vigiada» pelas «instituições» do que pela sociedade. Pode realmente dizer-se que se este aparecimento cada vez maior da História na «praça pública» aumenta a diluição do processo de uma história ideologicamente «institucionalizada», também faz engrossar o processo de relações múltiplas e difusas com ideologias diversas — de resto o «pluralismo

⁶ Cfr. Vitorino Magalhães Godinho, «Portugal e os Descobrimentos», in *Expresso*, 12 de Dezembro de 1987.

⁷ L. Althusser, *Pour Marx*, Paris, Maspero, col. «Théorie», 1965, p. 238.

⁸ Marc Ferro, *L'Histoire sous surveillance*, Paris, Calmann-Lévy, 1985, pp. 19 ss. Vide do mesmo autor *Comment on raconte l'Histoire aux enfants*, Paris, Payot, 1981.

ideológico» está cada vez mais na ordem do dia — à medida que origina, por outro lado, situações de desorientação metodológica e epistemológica, que os vários estudos constantemente publicados na Europa Ocidental, e nomeadamente em França, reflectem. Por isso também, no âmbito dos currículos escolares, se põe em causa, discutivelmente, a autonomia da História, apontando-se outra vez para a sua ligação a outras cadeiras, nomeadamente à Geografia, ou tentando criar-se estruturas complexas de substituição, como a disciplina de «Ciências Humanas e Sociais»⁹. Daí que novamente se tenha de equacionar o problema do lugar da História, do Historiador e do Professor de História na Ciência e nas estruturas do Ensino¹⁰.

3. O ensino da História em Portugal surge, como preocupação sistemática, com a reforma da Universidade de Coimbra de 1772 do Marquês de Pombal. É então evidente uma prática de ensino pautada por uma característica ideologia político-eclesiástica, de tipo «absolutista-esclarecido», galicanista e fortemente anti-ultramontana e anti-jesuítica. Os livros que corriam e os que eram censurados, as «obras oficiais» — de que se destaca a *Dedução Cronológica e Analítica*, que justificava a expulsão dos jesuítas, ou a *Memória Histórica*, que fundamentava a reforma da Universidade —, os manuais utilizados, as directrizes dadas aos professores, denunciavam esse tipo de pedagogia em que se verifica uma perfeita coincidência entre Estado, Ideologia e Ensino.

Mas não é essa situação que nos propomos analisar e sim o tempo iniciado com a Monarquia liberal-burguesa, que se estende a partir de 1820 (apesar de algumas interrupções de percurso) até à instauração da República, em 1910.

O estudo da História que então se processa no ensino primário e no ensino secundário tem um sentido essencialmente «cronológico» e não

⁹ É essa a proposta que surgiu recentemente em Portugal no âmbito da Reforma do Sistema Educativo (Cfr. Comissão da Reforma do Sistema Educativo, *Documentos preparatórios* — I, Lisboa, Ministério da Educação, Novembro de 1987, «Reorganização dos planos curriculares dos Ensinos Básico e Secundário», pp. 165 ss.), embora a discussão da manutenção da «História» nos currículos escolares já seja velha em vários países da Europa (vide Jean Peyrot, «L'Histoire à l'école, un vieux débat», in *Des enfants sans Histoire*, Paris, Perrin, 1984, pp. 105-116).

¹⁰ Vide Luís Reis Torgal, «O lugar da História, o lugar do historiador, o lugar do professor de História», in *Boletim da Associação de Professores de História*, n.º 2 (2.ª série), 1986-1987, pp. 15-26.

se desgarrou em muitos aspectos das concepções tradicionalistas. Se o primeiro manual de História, que conhecemos, adoptado no ensino das «Humanidades», de Jerónimo Soares Barbosa, anterior aliás à Revolução de 1820, mas que continuou a ser usado depois do liberalismo¹¹, manifesta sintomáticos silêncios, como, por exemplo, em relação à Inquisição, já desvalorizada depois de Pombal e que será um dos alvos preferenciais da polémica liberal desde o primeiro momento, também é certo que tem em relação à Revolução Francesa uma ideia essencialmente negativa, captando dela somente a sua imagem destruidora¹². E se a Inquisição será, assim, objecto da crítica explícita de todos os manuais de História aparecidos no liberalismo, a verdade é que a Revolução Francesa continuou por mais algum tempo a ter um tratamento ambíguo, podendo dizer-se que os compêndios mais usados no ensino secundário, como o de Sousa Dória, emitem sobre ela um juízo mais negativo do que positivo¹³. O Estado monárquico constitucional, formado ainda por uma elite de mentalidade rural a evoluir lenta e hesitantemente para o capitalismo burguês, radicava a sua estrutura ideológica mais na experiência política da Restauração da Monarquia por Luís XVIII e do sistema das Cartas Constitucionais doadas pelos reis do que na «Grande Revolução» do século XVIII e nas Constituições construídas por assembleias nacionais, e virava-se mais para os princípios de «tradição» (embora liberal), de «ordem» e de «autoridade», do que para as ideias liberais democratizantes nascidas em 1820 e reaparecidas conjunturalmente em 1836, por altura da Revolução de Setembro, em 46-47 no âmbito das insurreições populares, ou em 48, por impacto da Revolução ocorrida em França. Por isso mesmo, nos meios católicos constitucionais, o «liberalismo» como «sistema» foi considerado heterodoxo, ao passo que a Revolução Francesa, assim, como os movimentos «comunais» recentes, eram entendidos como experiências a evitar¹⁴.

Só a partir dos anos 60-70, embora sobretudo com efeitos a partir da década de 80, se verifica uma mudança significativa na maneira de

¹¹ *Epitome Universae Historiae*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1805 (foi reeditada em 1812 e em 1827).

¹² *Ob. cit.*, ed. de 1812, p. 420.

¹³ J. A. de Sousa Dória, *Compendio de Historia para uso das eschololas*, vol II, Coimbra, Augusto Orcel, 1872 (8.ª edição), pp. 35-37.

¹⁴ Cfr., por exemplo, Conde de Samodães, *O Marquês de Pombal cem anos depois da sua morte*, Porto, 1882, pp. VII-VIII. Daí extratamos este passo-síntese: «Desadoro o liberalismo, como sistema, mas penso assim, porque entre ele e o absolutismo monárquico não encontro diferença senão de forma e ambos são igualmente condenáveis».

encarar a História e o seu ensino. Na verdade, ainda o programa de 1872 de História do Ensino Secundário se confinava significativamente às épocas antiga e medieval, isto é, até mais ou menos aos séculos XIV-XV¹⁵, originando, em 1876, palavras de crítica violenta por parte do escritor Ramalho Ortigão. Queixava-se ele, de não serem referidos ali fenómenos tão importantes como «a criação da burguesia, o advento do constitucionalismo, a independência dos Estados Unidos, a Convenção francesa, a queda das antigas monarquias, dos privilégios da nobreza e do clero, a definição dos direitos do homem, etc.», ao passo que todo o aluno — acrescentava ironicamente — tinha «pretensões veementes a saber a vida íntima de Nero e de toda a sua família, a de Calígula, do seu cavalo e de todos os seus vícios, bem como os nomes de todos os filhos bastardos dos reis portugueses e das suas respectivas mães»¹⁶. Mas este silenciamento sintomático do «social», pelo recurso quase exclusivo ao «anedótico político», e do «moderno» e do «contemporâneo», em favor do «antigo» e do «medieval», cedia, com efeito, o passo a uma outra visão da História, acompanhando o processo de formação de uma burguesia republicana e de uma elite operária, resultante do processo económico desencadeado a partir dos meados do século XIX. Então verifica-se a passagem a uma dimensionação «social» da História, à maneira do Positivismo comteano, que informou a nossa inteligência republicana. Os manuais de História, como o de Consiglieri Pedroso¹⁷, iam acompanhando, embora tibiamente, este processo; a Revolução Francesa era finalmente erguida à qualidade de grande acontecimento universal; e, a partir dos anos 80, os próprios programas escolares oficiais iam inserindo, numa história ainda eminentemente «política», a temática moderna e contemporânea, apresentando, todavia, como finalidades para o ensino da História, meras razões consensuais, psicológicas e morais, bem como motivos de tipo patriótico e humanístico¹⁸.

¹⁵ Cfr. *Programmas para os Lyceus Nacionaes coordenados pela Junta Consultiva de Instrução publica e mandados adoptar por Portaria de 5 de Outubro de 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

¹⁶ *As Farpas*, t. XV, 1876-1882, ed. de Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1963, pp. 33-34.

¹⁷ Cfr. Z. Consiglieri Pedroso, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e C.^a, 1884.

¹⁸ Cfr. *Ministerio dos Negocios do Reino — Direcção Geral de Instrução Publica. Ensino Secundario. Decreto organico, regulamento e programmas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 159.

4 — Será, porém, somente no tempo da República, no meio de programas de História que não mudaram essencialmente de tom, de manuais de História fundamentalmente «cronológica» e «política», de uma literatura histórica que apontava para concepções nacionalistas, e de propostas programáticas que se dirigiam em idêntico sentido, embora vindas de sectores ideológicos diversos, que surgiu de forma acabada uma verdadeira concepção «social» de conceber a «História». Trata-se da teoria exposta por Adolfo Lima, que teve algumas consequências ao nível dos programas, embora de forma circunscrita e transitória. Só então verdadeiramente se põe em causa — não só numa perspectiva de utilidade de quem aprende, mas também numa perspectiva de rigor científico —, a validade da História assente na biografia dos «heróis» e na factologia guerreira e «patriótica», da História nacionalista e europocêntrica, de um ensino que não explica a noção de «tempo», de «época», de «vida social», mas onde impera a memorização, a imaginação, o sectarismo e o dogmatismo. A História é, para Adolfo Lima, não uma arte que — como sucedia — podia ser leccionada por quem quer que fosse, nomeadamente pelo Clero, mas sim uma «ciência concreta», que só seria possível estudar depois de conhecida a sociedade. Por isso propõe primeiro o estudo da Sociologia e só depois o da História¹⁹.

Mas este discurso que, embora discutível nos seus pressupostos teóricos, era aquele que melhor se casava com a consciência republicana — pela mesma altura, um pouco antes, iniciava-se em França, na *Revue de Synthèse Historique*, uma experiência, não meramente teórico-política mas de prática científica, que teve continuidade na experiência dos *Annales* — diluiu-se em Portugal, devido ao ascendente das propostas de cunho nacionalista e patriótico que de todo o lado surgiam nos anos da República. Com efeito, tanto eram defendidas, embora com intenções diferentes, por intelectuais republicanos ou que, apesar de formação monárquica, se integraram criticamente nas discussões da vida da República, como Jaime Cortesão e Fidelino de Figueiredo²⁰, como pelos neotradicionalistas que formarão o movimento do Integralismo Lusitano, ou como por «católicos sociais».

¹⁹ Cfr. *O ensino da «História». Comunicação feita perante a Sociedade de Estudos Pedagógicos de Lisboa na sessão de 8 de Abril de 1914*, Lisboa, Guimarães e C.^a Editores, 1914.

²⁰ Cfr., sobretudo, Jaime Cortesão, «A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria», in *Águia*, vol. 1.^o, n.º 9, Porto, 1912, e Fidelino de Figueiredo, «Programas de História no ensino Secundário», in *Revista de História*, vol. IV, Janeiro-Março, 1915.

5 — Assim, o «Estado Novo» irá afinal aproveitar e canalizar diversos movimentos nacionais e nacionalistas, mesmo que à custa de nacionalistas que com ele não alinharam logo desde o início ou à custa de outros que episodicamente o apoiaram. É então, no contexto de um Estado autoritarista, fascizante, neotradicionalista, corporativo, «católico» e de partido único — e assim de ideologia única — que vai surgir o exemplo mais típico de «história institucional» (para de novo empregar a expressão de Marc Ferro) ou «oficial» que jamais alguma vez se verificou em Portugal.

O Decreto n.º 21.103, de 17 de Abril de 1932, irá padronizar o ensino da História. «Todo o feito que significa esforço da Nação, desde o início da História Pátria até ao presente, deve ser exaltado como bom e digno» — afirmava o artigo 2.º. E depois: «Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através dos oito séculos de História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: a *Família*, como célula social; a *Fé*, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento de unidade e solidariedade nacional; o *Princípio de Autoridade*, como elemento indispensável do progresso geral; a *Firmeza do Governo*, espinha dorsal da vida política do País; o *Respeito da hierarquia*, condição básica da cooperação dos valores; a *Cultura literária e científica*» (artigo 3.º). E, abrindo as portas à repressão cultural, fechava-se o circuito: «Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objecto de censura» (artigo 4.º)²¹.

Seguindo mais ou menos à letra estas normas, os programas e as directrizes de ensino, os manuais, os teóricos da educação e os professores, as obras de divulgação da «historiografia oficial», os festejos comemoracionistas ou os próprios monumentos construídos, livros, revistas e filmes²² ergueram no «altar da Pátria» os seus «heróis» e os «grandes feitos». Assim, veneram-se as «figuras nacionais» desde D. Afonso Henriques, o «fundador da Nacionalidade», Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, que criaram e conservaram o Império, a

²¹ Cfr. *Diário do Governo*, 1.ª série, 15 de Abril de 1932, p. 625.

²² Vide, acerca do papel das bibliotecas como instrumento da reprodução da ideologia salazarista, Luís Reis Torgal e Amadeu Carvalho Homem, «Ideologia salazarista e 'cultura popular' — análise da biblioteca de uma Casa do Povo», in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, pp. 1437-1464.

Mousinho de Albuquerque, que o salvou quando os «rebeldes» negros e os «estrangeiros» o cobiçaram, e a Salazar, o redentor do «Estado», passando por santos, como a Rainha Santa Isabel, Nun'Álvares (que conjugou a cruz e a espada), o Infante Santo D. Fernando (o mártir do Império), São João de Brito e Santo António, e por poetas como Camões, o «símbolo da Raça». «Factos nacionais», como a Fundação da Nacionalidade, em 1140 ou 1143, ou a Batalha de Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1385, que marca a defesa da nossa independência em relação a Castela, os Descobrimentos e a construção do «Império», ou a Restauração em 1640, que simboliza a recuperação do nosso estatuto de Independência face ao Império Habsburgo, ou a vitória portuguesa contra as Invasões Francesas de Napoleão, são celebrizados e mitificados. De resto, será no decorrer dos «anos áureos» do Estado Novo que surgirão as grandes comemorações nacionais — a dupla comemoração da Fundação da Nacionalidade e da Restauração em 1640 e o Congresso do Mundo Português são o melhor exemplo²³ — e serão elas que procurarão dar força à ideologia «nacionalista» e «católica» que informava o regime. Ao invés, serão esconjuradas a Revolução Francesa, a Monarquia Liberal e a República — «O Diabo à Solta» será o título dado por João Ameal, «o historiador do regime», ao capítulo da sua *História de Portugal* em que tratou dos inícios do liberalismo português, ao passo que chama «Balbúrdia Sanguinolenta» à nossa experiência republicana iniciada em 1910²⁴. E serão recuperadas algumas instituições atacadas pelo liberalismo e pelo republicanismo, de que é exemplo singular a Inquisição, ao passo que se justifica o silenciamento do que há de «feito» e «repugnante» — como dizia um pedagogo²⁵ numa

²³ Sobre o significado da Restauração na «História oficial» do período salazarista e sobre o sentido das Comemorações de 1940, vide Luís Reis Torgal, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, vol. I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, Introdução.

²⁴ Cfr. *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940, pp. 607 ss. e 759 ss.

²⁵ Cfr. *Boletim do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes)*, ano VI, n.º 11, Lisboa, 1936, pp. 286-299. Pires de Lima, o professor que proferiu a referida conferência, afirmava: «Para que complicar o ensino elementar da história com o que tem havido na humanidade de feio e repugnante? Pôr em relevo o que foi grande e útil à colectividade, o que é revelador do alto espírito de civismo e de amor pátrio, e desprezar o que tenha ocorrido que possa denunciar ruins sentimentos, eis o que, a meu ver, deve nortear o autor do compêndio e o professor» (p. 288).

significativa conferência realizada num dos mais importantes liceus do país — na história de Portugal, como de outras nações. O Estado Corporativo era tido como «Estado ideal», assente na tradição medieval e cristã, ao passo que eram entendidos como «neopaganismos» (o termo, de carácter religioso, é dos próprios programas oficiais de ensino) o liberalismo e o comunismo²⁶.

Mas o certo é que esta visão «uniforme» da História se foi desfazendo, à medida que — como dissemos — a ideologia única foi perdendo força, que outras ideologias foram penetrando no espaço interpretativo da história e que a nova história científica, afastada das ideologias-base ou em conjugação com elas, ia apresentando outras interpretações. Por isso, quando se verificou em Portugal a «Revolução de Abril» estava já em grande parte desfeita a «história institucional» de que falámos. Todavia, as ligações da História e das Ideologias não desapareceram — apresentaram sim outras conexões.

6 — Para terminar perguntemos: «O Estado e a Sociedade: conflito ou acordo?»²⁷.

As estruturas de ensino, e sobretudo do ensino da História, reflectem, de um modo geral, a ideologia do Estado, de uma forma sistémica ou de uma forma difusa. Digamos mesmo que a «História» é, por vezes, um elemento fundamental da ideologia do Estado e é um instrumento ideológico de que ele se serve para modelar a «Sociedade». Assim sucedeu sobretudo no período salazarista e mormente nos seus primeiros decénios. Mas a Sociedade não está necessariamente «de acordo» com o Estado, nem é exactamente moldada pela «sua ideologia». Porque esta vai perdendo força, ou porque nunca conseguiu estruturar-se como «sistema», porque se formam outras ideologias e porque se criam espaços científicos pretensamente apartados das ideologias, até da ideologia do próprio Estado, ou em concordância com ideologias em conflito com o Estado, vemos que sectores da sociedade funcionam como elementos de correcção da sua «ciência» e, assim, das suas «práticas de ensino». Deste modo, sobretudo em fases de transição,

²⁶ O termo aparece pela primeira vez (segundo julgo) nas instruções complementares aos programas do ensino secundário de 1948 (*Programas das disciplinas do Ensino Liceal. Decreto n.º 37.112 de 22 de Outubro de 1948*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948, p. 117), repetindo-se em legislação seguinte.

²⁷ Foi este o tema do III Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, realizado em 1988 em Leninegrado, onde foi apresentada esta comunicação.

notamos que a noção de História e a prática do ensino da História vão aparecer como elementos de oposição ao próprio Estado. Se tal se verifica em Portugal durante o «Estado Novo», em que o «Sistema» existente chegou a criar uma «história institucionalizada», mais facilmente surgiu em momentos, como na Monarquia Constitucional e na República, em que não se estruturou verdadeiramente um «sistema». Nessa altura pode dizer-se que o próprio Estado «colaborou» com os círculos sociais de oposição, condescendendo por vezes com a sua ideologia, com as suas concepções de ensino, com a sua «História». Digamos que, num espaço de conciliação e de consenso, o Estado «colaborou» de certa forma na sua própria destruição.

